



AGROPECUÁRIA

**CLEALCO AÇÚCAR & ALCOOL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CNPJ Nº 45.483.450/0001-10

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		Operações	Nota	Controladora		Consolidado		
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021	
<b>Ativo Circulante</b>																		
Caixa e equivalentes de caixa	7	55.353	73.843	55.369	73.883	Fornecedores	17	36.198	37.175	36.517	37.407	Receita operacional líquida	27	1.139.557	1.013.409	1.163.910	1.034.233	
Contas a receber - partes relacionadas	8	3.919	4.198	6.120	5.589	Empréstimos e financiamentos	18	86.505	149.313	86.505	149.313	Costo das vendas	28	(846.054)	(714.324)	(858.345)	(774.726)	
Estoque	10	83.131	72.661	86.660	74.171	partes a pagar - partes relacionadas	15	171.770	119.885	583	583	<b>Lucro bruto</b>	28	(299.505)	(298.715)	(305.545)	(312.484)	
Ativo biológico	16	49.109	47.401	49.109	42.401	Parcerias e locações a pagar	12	23.664	26.920	23.664	26.920	Despesas com vendas	28	(40.448)	(101.178)	(92.058)	(100.921)	
Tributos a recuperar	10	43.839	27.588	43.839	27.588	Salários e encargos	19	16.529	43.814	16.529	43.814	Despesas administrativas e gerais	28	(92.650)	(38.249)	(40.711)	(38.429)	
IR e CS a recuperar	10	2.186	3.103	2.187	3.103	Impostos e contribuições	20	299.235	527.721	323.747	557.244	Despesas operacionais, líquidas	29	(40.827)	3.644	(40.426)	2.244	
Outros ativos	11	13.114	241.966	5.993	62.777	Adiantamentos de clientes	20	152.094	129.721	152.094	129.728	Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial	13	11.824	10.774	-	-	
<b>Não circulante</b>						Empréstimos e financiamentos	18	944.177	412.790	944.177	1.112.500	Operações não operacionais	-	-	-	-	-	
Realizável a longo prazo						parcelados	22	41.243	23.119	41.158	23.181	<b>Resultado do lucro líquido</b>	131.404	173.706	132.350	175.378		
Contas a receber - partes relacionadas	12	190.663	136.758	73.056	62.756	Outros investimentos a pagar	23	18.156	46.344	18.156	46.344	Recursos financeiros	170.582	48.747	171.719	48.747		
Tributos a recuperar	10	11.061	54.265	11.061	54.265	Outros passivos	20	15.009	17.926	15.008	17.944	Despesas financeiras	(86.563)	(92.108)	(87.327)	(92.703)		
IR e CS a recuperar	10	16	43.781	16	43.781	partes relacionadas	12	134.511	134.763	134.511	134.763	Variação cambial, líquida	141.501	(88.972)	141.501	(88.972)		
Depósitos judiciais e outros	25	11.374	7.156	11.374	7.156	Parcerias e locações a pagar	15	181.108	181.108	181.108	89.674	Resultado financeiro líquido	248.524	(88.972)	229.889	(92.908)		
Investimentos	13	42.832	34.303	-	-	Salários e encargos	11	392	448	392	448	<b>Lucro antes do IR e de CS</b>	356.924	41.373	358.243	42.450		
Outros investimentos	14	597	597	597	597	Impostos e contribuições	11	109	109	109	109	IR e CS	24	(22.609)	(10.844)	(23.928)	(11.921)	
Imobilizado	14	661.530	680.853	661.778	681.133	partes relacionadas	12	134.511	134.763	134.511	134.763	Correntes	(22.609)	(10.844)	(23.928)	(11.921)		
Direito de uso	15	341.049	196.352	341.049	196.352	Parcerias e locações a pagar	15	181.108	181.108	181.108	89.674	<b>Lucro líquido do exercício</b>	334.315	69.356	334.315	69.356		
		1.259.122	1.154.065	1.098.331	1.046.044	Salários e encargos	11	392	448	392	448	<b>Lucro básico e diluído</b>	26	6.97	0,81	6,99	0,83	
		1.542.671	1.439.897	1.387.608	1.334.818	Impostos e contribuições	11	109	109	109	109							

**Notas Explicativas**

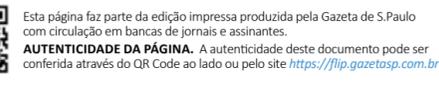
1. Contexto operacional 1.1 **Informações gerais** A Clealco Açúcar e Alcool S.A. - em recuperação judicial ("Clealco", "Grupo", "Companhia" ou "Controladora") com sede na cidade de Clementina e com filiais instaladas nas cidades de Queiroz (unidade II) e Queiroz (unidade III), Estado de São Paulo, Brasil, têm como objeto social e atividade principal a produção, a comercialização, a fabricação e o comércio de produtos e subprodutos de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar (VPH (Very High Polarization), etanol hidratado e anidro para fins carburantes, e demais derivados da cana-de-açúcar, a exploração da atividade agrícola e a co-geração de energia produzida a partir do bagaço de cana-de-açúcar (biomassa), seu exercício social encerra em 31 de março de cada ano. É uma sociedade anônima de capital fechado, com quadro acionário composto por grupos familiares. A Companhia é controlada pelas seguintes empresas (conjuntamente "Consolidado", "Grupo Clealco" - "Recuperadoras"): Petronaca Ltda. - em recuperação judicial com sede na cidade de Clementina, Estado de São Paulo, Brasil, têm como objeto e atividade preponderante a comercialização de combustíveis e lubrificantes. É uma sociedade limitada, com 100% de suas quotas de propriedade da Clealco Açúcar e Alcool S.A. - em recuperação judicial; Petronaca Queiroz Ltda. - em recuperação judicial com sede na cidade de Queiroz, Estado de São Paulo, Brasil, têm como objeto e atividade preponderante o comércio varejista de combustíveis. É uma sociedade limitada, com 100% de suas quotas de propriedade da Clealco Açúcar e Alcool S.A. - em recuperação judicial. **RenovaBio** - **Cbios** Na safra 21/22 a Companhia foi certificada pelo programa de crédito descarbonização renovável "CBIO" e passou a emitir e comercializar Créditos de Descarbonização "CBIO". Em 31/03/2022 a Companhia não possuía estoques de Cbios emitidos e ainda não comercializados. Durante a safra, foram comercializados 57 mil Cbios, classificados na receita líquida. *Sobre o RenovaBio*: O programa RenovaBio faz parte da Política Nacional de Biocombustíveis, instituída pela Lei nº 13.576/2017 e regulamentado pelo Ministério de Minas e Energia através da Portaria 419/2019. O principal instrumento da RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e a participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Para obtenção do crédito, sua disponibilização para venda às companhias necessitam da certificação, a qual estabelece as métricas para conversão do biocombustível vendido em CBIO realizada por entidade certificadora independente. Após as vendas dos produtos e escrituração dos créditos por órgão específico (SERPRO), são negociados em bolsa de valores ("B3"). **Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras** Em função da Pandemia Global causada pelo vírus da COVID-19, que tem abrangido todas as Nações e causado grandes impactos na economia Global, o Grupo elaborou um plano de ações para minimizar os impactos financeiros e proteger os fluxos de caixa. Ainda, se organizou e editou regras e procedimentos internos visando a segurança sanitária e saúde de seus colaboradores e familiares. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a administração do Grupo avalia que não havia incertezas relevantes que pudessem dividir sua capacidade de operação futura, não sendo possível identificar qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 31/03/2022. A Companhia e suas controladas continuam monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. **Conflito no leste europeu - Guerra entre Rússia e Ucrânia** O conflito no leste europeu, entre Rússia e Ucrânia, tem pressionado os preços de petróleo, derivados de petróleo e gás e de fertilizantes no mercado internacional, uma vez que a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo e um importante produtor de insumos para fertilizantes, como nitrato, fósforo e potássio. Diante desse cenário e, considerando a importância dessas commodities nas operações do Grupo, a Administração avalia que o aumento dos custos de petróleo e seus derivados e dos insumos de fertilizantes observados atualmente no mercado, decorrente do efeito da guerra, até o momento, não causará impacto significativo em suas demonstrações financeiras. Em 31/03/2022, em razão da sua prática de manutenção de estoques mínimos, o Grupo monitora constantemente os mercados internacionais destas commodities e através de iniciativas comerciais e de estratégia de fornecimento e suprimento, busca minimizar possíveis impactos financeiros e riscos de ruptura no abastecimento de suas operações, buscando alternativas viáveis de produtos e países fornecedores para eventual falta de algum produto ou insumo. Diversos governos e instituições anunciaram recentemente sanções a certos setores industriais na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como contramedidas adotadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições, podem afetar adversamente nossos negócios. **1.2 Desempenho operacional** A Companhia apresentou os seguintes indicadores de desempenho na safra 21/22: • Processamento de 4,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (5,7 milhão de toneladas de cana-de-açúcar) com aumento de 16% no rendimento em relação à safra anterior; • produção de açúcar VHP atingiu 43,9 toneladas, mix de 68% em relação a produção (526 mil toneladas na safra 20/21 com mix de 68%); e • A produção de etanol hidratado totalizou 132,5 milhões de litros, mix de 33% em relação a produção (151,6 milhões de litros na safra 20/21 com mix de 32%). Redução de 16% na moagem em relação ao volume processado na safra anterior, refletida pela estagem prolongada que afetou grande parte do pape e geadas ocorridas no período, e consequente redução na produção de Açúcar e Etanol Hidratado em 22% e 15%, respectivamente. Apesar da redução da moagem, os incrementos nas receitas de Açúcar e Etanol em razão do aumento de preços realizados em 13% e 65%, foram suficientes para absorver a menor produção do exercício. **1.3 Desempenho financeiro e continuidade operacional** Na Safra 21/22 o resultado da Companhia demonstra lucro líquido no exercício de R\$ 334.315, aproximadamente 5 vezes superior à safra anterior (R\$ 69.356), após 7 meses consecutivos de prejuízos acumulados a Companhia volta a gerar lucro líquido pelo segundo ano consecutivo. Os principais fatores para o incremento no resultado da safra 21/22 referem-se aos preços praticados de Açúcar e Etanol, adeso a transação tributária administrada pela PGFN com descontos de juros e multas para regularização da dívida tributária no âmbito Federal (Nota 20), negociações bancárias de dívida extracurricular, além da redução dos passivos denominados em dólares em decorrência da valorização do real frente ao dólar norte-americano. O fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais da Companhia, conforme demonstrado nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, foi de R\$ 329.466 (consolidado), sendo 35% superior a safra 20/21 (R\$ 244.193), reflexo dos esforços empreendedidos pela busca constante da otimização das estruturas de suas operações, investimentos na renovação e expansão dos canais, melhoria dos indicadores de qualidade e produtividade agrícola, investimentos significativos em tecnologia em um sistema de gestão de produção, faturamento e moagem para as próximas safras. Todo este incremento de performance é fundamental neste processo de reestruturação da Companhia, possibilitando uma geração de caixa em níveis suficientes para continuidade e melhoria de suas operações, além da gerar valor para os nossos funcionários, fornecedores de cana, acionistas e toda região. **1.4 Recuperação judicial** Em 17.07.2018 a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas, pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Birigui, estado de São Paulo, com claro objetivo de equilibrar sua estrutura de capital, através de um processo organizado de renegociação de todo o seu passivo e garantindo a manutenção de suas operações em níveis normais e os empregos gerados em sua região de atuação. Para a Companhia, o processo de recuperação judicial representa o início de uma nova etapa na direção de sua reestruturação financeira, permitindo uma negociação ampla e produtiva com credores, investimentos significativos em tecnologia, uma melhoria substancial em sua estrutura de capital, além de auxiliar na obtenção de recursos necessários para a continuidade da Companhia, devidamente dimensionadas para a nova realidade da mesma. O referido pedido de recuperação judicial foi deferido pelo juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Birigui/SP em 20/07/2018, nos termos do art. 52 da Lei 11.101/2005, sendo nomeado como administrador Judicial (art. 52, I, e art. 64) a empresa RAC Assessoria Empresarial LTDA., CNPJ 19.910.500/0001-99, representada por Fernando Ferreira Castellani, inscrito na OAB/SP sob o número 209.877. Em 24/09/2018, em atendimento ao artigo 53 da LRF, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do processo, posteriormente, em 22/11/2018 o Administrador Judicial apresentou sua lista de credores elaborada com base no §2º do art. 7º da LRF. Em 30/01/2019 a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial. O plano prevê medidas de curto e médio prazo de 30 dias para os credores apresentarem objeção ao Plano de Recuperação Judicial. Como solução mais eficiente para a equalização e liquidação de parte substancial do passivo da Companhia, o Plano prevê como medidas de recuperação: (I) a organização, constituição e alienação judicial da UPI Queiroz, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Recuperação Judicial; (II) a possibilidade de organização, constituição e alienação judicial de uma ou mais UPIs Terras, bem como de quaisquer outras UPIs, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Recuperação Judicial e a critério da Companhia; e (III) a preservação de investimentos essenciais para a continuidade da Companhia. Os recursos decorrentes da alienação da UPI Queiroz serão utilizados para pagamento dos Credores conforme estabelecido nas cláusulas Plano de Recuperação Judicial. Os recursos provenientes de qualquer outra UPI que venha a ser constituída, será integralmente destinado ao fluxo de caixa do Grupo Clealco, de forma a contribuir na retomada dos investimentos e operação de suas unidades industriais remanescentes. No dia 01/03/2019, foi convocada a convocação para a Assembleia Geral de Credores, sendo a primeira chamada para o dia 26/03/2019 e em segunda chamada para o dia 02/04/2019. No dia 26/03/2019 foi realizada Assembleia Geral de Credores. Pelo Administrador Judicial foi informado que nesta oportunidade não foi cumprido o disposto no §2º, do artigo 37, da Lei 11.101/2005, pois não houve quórum suficiente na Classe I - Trabalhista para a instalação da Assembleia Geral de Credores. Diante disso, foi declarada prejudicada a instalação da Assembleia Geral de Credores, momento em que o Administrador Judicial encerrou os trabalhos. Em Segunda Convocação, no dia 02/04/2019, pelo Administrador Judicial foi declarada instalada a Assembleia Geral de Credores. Passada a palavra ao patrono da Companhia foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial aos credores e a forma de pagamento de cada uma das classes. Após a explanação passou-se a palavra aos credores, os quais apresentaram suas sugestões de alteração do PRJ e diante do exposto, o patrono da Companhia sugeriu a suspensão da Assembleia Geral de Credores para o dia 02 de maio de 2019 e, submetida à votação, a suspensão foi aprovada por 96,49% dos créditos presentes. Dessa forma, foi consignado pelo Administrador Judicial que a Assembleia Geral de Credores, em continuação, seria realizada no dia 02/05/2019. No dia 02/05/2019, a Clealco comunicou que os credores da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Credores, aprovaram o Plano de Recuperação Judicial da Clealco, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. A aprovação do Plano foi obtida em prazo recorde, dez meses após o pedido de recuperação judicial da Companhia e controladas, e com a concordância de mais de 90% dos credores habilitados, refletindo a confiança depositada na Companhia, que buscou atender a todas as partes interessadas de forma equilibrada. No dia 30/05/2019, o plano foi homologado pelo Juiz responsável pelo processo da Recuperação, em uma manifestação de que o plano transparente e bem alinhado fora toda negociação com os credores. Dessa forma a Clealco, a partir dessa data, iniciou uma nova etapa, onde a Companhia deve cumprir estritamente as cláusulas previstas no Plano homologado, o que inclui, entre outras ações, o processo de venda da UPI (Unidade Produtiva Independente) da unidade de Queiroz, como principal opção de pagamento aos credores. Como estratégia da Companhia para retenção de seus passivos respectivos, créditos acrescidos ao PRJ, em uma única parcela, no último dia útil de novembro de 2024, e (iii) 93% do valor nominal de cada um dos Créditos Opção A, em uma única parcela, no último dia útil de novembro de 2025. **Opção B - Carência de Juros**: 2 anos contados a partir da Homologação do Aditamento. • **Remuneração sobre a parcela**: correção pela Taxa Referencial - TR e acrescidos de juros compostos de 0,50% ao ano, incidentes sobre o saldo devedor, desde a Data da Homologação do Aditamento. • **Amortização do principal - Créditos Quirografários**: pagamento em 22 parcelas anuais, sucessivas, sendo a primeira devido no mês de junho imediatamente seguinte em relação ao do término do período de carência previsto acima, conforme cronograma de amortização previsto no aditivo. **Opção C** - Os Credores com Garantia Real titulares de garantias incidentes sobre os ativos listados no Anexo 1.2.8.8 do Aditamento que optarem pelo recebimento de seus Créditos conforme Opção C serão pagos conforme segue: (i) Os Créditos com Garantia Real somados com os Créditos Quirografários de tais Credores com Garantia Real serão pagos conjuntamente e exclusivamente mediante o recebimento de recursos provenientes da alienação dos ativos sobre os quais recaem as garantias das quais são titulares, sendo que o formato e o prazo para a alienação deverão ser previamente acordados entre os Credores Opção C e as Recuperadoras, estando autorizada a alienação direta, constituição de UPI, dação em pagamento ou arrematação judicial para a alienação dos ativos; e (ii) os Créditos Não Sujeitos de titularidade de tal Credor com Garantia Real não poderão aderir à este Aditamento Cláusula 9.4 - **Créditos Quirografários de até R\$ 15.000,00**. Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários no valor de até R\$ 15.000,00 serão integralmente pagos em até 30 dias contados a partir da Homologação do Aditamento. Os Credores Quirografário titulares de **Créditos Quirografários em valor superior a R\$ 15.000,00** poderão optar pelo recebimento de seu crédito na forma da Cláusula 9.4, desde que outorguem irrevogável e irretirável quitação com relação ao montante que exceder referidos R\$ 15.000,00. Cláusula 9.5 - **Créditos com Garantia Real de até R\$ 25.000,00**. Credores com Garantia Real detentores de Crédito com Garantia Real até limite de R\$ 25.000,00 receberão 100% de seu respectivo Crédito em 3 parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 dias contados a partir da Data de Homologação do Aditamento ou da definitiva habilitação do respectivo crédito. **Classe IV - Credores ME/EPP** - Conforme previsão da cláusula 10 do Aditamento, os credores da classe ME/EPP receberão os pagamentos de acordo com as seguintes opções, a saber: **Opção A - ME e EPP** • Créditos até R\$ 25.000,00. Credores ME e EPP detentores de Créditos ME e EPP até limite R\$ 25.000,00 receberão 100% de seu respectivo Crédito em até 30 dias contados a partir da Data de Homologação do Aditamento ou da definitiva habilitação do respectivo crédito; • **Créditos superiores a R\$ 25.000,00**. Os Credores ME e EPP detentores de Créditos ME e EPP superiores a R\$ 25.000,00 receberão, no prazo de 10 anos contados da Data de Homologação do Aditamento ou da definitiva habilitação do respectivo crédito, caso seja feita posteriormente a Data de Homologação do Aditamento, 100% de seus respectivos Créditos acrescidos de TR e 0,25% em uma única parcela por ano, iguais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela devida no mesmo ano em que ocorrer a Homologação do Aditamento no prazo de 30 dias contados a partir da Data de Homologação do Aditamento, sendo que nos anos subsequentes a primeira parcela será devida no mês de junho e a última em novembro. **Opção B - ME e EPP** • Os Credores ME e EPP que optarem por esta Opção B ME e EPP receberão 60% de seu Crédito ME e EPP acrescidos de TR + 0,25% ao ano, em 12 parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela no prazo de 3 anos contado da Data da Homologação do Aditamento ("Opção B ME e EPP"). Além da forma de pagamento em cada classe, ressaltamos outra importante modificação no texto do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Clealco - o Credor Forneceador Estratégico e sua forma de pagamento. Previsto na Cláusula 12 do Aditamento, o Forneceador Estratégico configura-se como sendo o credor que se compromete a manter a

Demonstrações de Resultados Abrangentes		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	334.315	69.356	334.315	69.356	
<b>Total do resultado abrangente</b>	334.315	69.356	334.315	69.356	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	51.233	137.502	(1.486.784)	(1.298.409)	
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	51.233	85.236	(1.341.344)	(1.204.872)	
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	51.233	75.833	(997.626)	(870.560)	

Demonstração dos Fluxos de Caixa		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	(188.378)	(59.069)	(188.378)	(59.069)	
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	329.466	244.009	329.466	244.193	
<b>Fluxo de caixa gerado</b>	141.088	184.940	141.088	185.124	

total passivo e patrimônio líquido



Está página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S. Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser confirmada através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fnp.gazetasp.com.br>

# Estado

**Continuação...** visão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, caso represente um valor expressivo. A Companhia estabelece uma matriz de provisão de risco baseada em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. (i) Passivos financeiros **Reconhecimento inicial e mensuração** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros de valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outros passivos, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, arrendamento mercantil (parcerias), dentre outros. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **P**assivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e **P**assivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros dependentes de sua classificação, conforme descrito abaixo: **P**assivos financeiros ao valor justo por meio do resultado **P**assivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **P**assivos financeiros ao custo amortizado Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros contrários e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contrários, sujeitos a juros. **Desreconhecimento** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são modificados, a transação é tratada como a extinção de um passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iii) **Compensação de instrumentos financeiros** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.4.1 Contas a pagar aos fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de atézeze meses. Os saldos contábeis das contas a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante. São:

Total do ativo		Total do passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Petrocaca Ltda.	139.110	93.648	96.278	59.345	47.303	8.529	7.433
Cleaco Açúcar e Alcool S.A.	1.542.671	1.439.897	2.413.231	2.644.772	(870.560)	(1.204.875)	334.315
Eliminações intragrupo	(131.793)	(277.762)	(301.915)	(209.708)	(19.878)	(18.054)	(8.663)
Total	1.549.988	1.255.283	2.097.601	2.529.622	(1.204.875)	324.315	69.356

**2.9 Imobilizado** Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear. Terras e terrenos não são depreciados. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	40 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Veículos	10 anos
Máquinas e implementos agrícolas	20 anos
Manutenção entressafra	1 ano
Lavoura de cana de açúcar	6 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos bens não são reconhecidos como custos de aquisição ou construção, sendo substituídos são baixados. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. A Companhia optou por avaliar determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, se apropriado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se este for inferior ao valor contábil. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e a reconstrução de resultados de mercado. **2.10 Arrendamentos** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso** A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para o uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinadas situações, se a utilização do ativo arrendado for transferível para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representado o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice de taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início do prazo de taxa de juros implícita no arrendamento, não é facilmente determinável. Após a data de início do prazo de taxa de juros implícita, a Companhia reconhece o custo do arrendamento a o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor** A Companhia aplica a inserção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de inserção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.11 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros** O imobilizado, e outros ativos não circulantes, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se o valor contábil excede o valor recuperável, e é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.12 Provisões** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão consti-

tualmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.4.2 Empréstimos e financiamentos** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos com vencimento em até doze meses são classificados como passivo circulante, sendo que os demais, com vencimento acima de doze meses, classificados no passivo não circulante. Os saldos a credores listados no Plano de Recuperação Judicial são reconhecidos pelo montante aprovado no referido plano, atualizados de variação cambial, sendo classificados entre circulante e não circulante conforme vencimentos previstos no plano. Os saldos extrajudiciais são corrigidos com taxas de juros previstas em contratos, atualizados pela variação cambial. **2.5 Estoques** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de reposição ou realização. Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar e parceiros agrícolas são demonstrados pelos valores desembolsados. Os gastos com manutenção agrícola e industrial e com depreciação, incorridos no período de entressafra, são acumulados na rubrica de imobilizado e apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol por ocasião da colheita e da industrialização da cana-de-açúcar da safra seguinte. **2.6 Ativo biológico** O ativo biológico corresponde ao plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol e avaliado pelo valor justo menos as despesas de vendas. As lavouras de cana-de-açúcar tem em média entre quatro a cinco anos de vida após o primeiro corte. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar (tratos culturais) são acumulados e compõem o valor do ativo biológico. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo do ativo biológico estão demonstradas na Nota 16. O valor justo do ativo biológico é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratos culturais do ativo biológico até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando disponível (demonstrações), sendo registrado no período na rubrica “Variação do valor justo do ativo biológico” (Nota 28). Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. **2.7 Investimentos** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no balanço patrimonial e no balanço de resultados das operações dos investidos em 31/03/2022. Os resultados das operações dos investidos em 31/03/2022 da Companhia e os respectivos saldos consolidados podem ser assim representados:

Controladora e Consolidado	2022				
	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	5 anos ou mais
Fornecedores Empréstimos e investimentos	68.215	36.198	4.926	17.489	9.615
Fornecedores Empréstimos e investimentos	1.030.682	86.505	820.178	48.384	75.615
Outros passivos	24.132	15.009	1.032	7.106	985
Investimentos a pagar	34.604	18.156	-	362	16.086
Total	1.157.633	155.868	826.136	73.341	102.288

Fornecedores Empréstimos e investimentos

Controladora e Consolidado	2021				
	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	5 anos ou mais
Fornecedores Empréstimos e investimentos	79.971	37.175	4.583	22.423	12.900
Fornecedores Empréstimos e investimentos	1.261.813	149.313	4.135	1.008.220	100.144
Outros passivos	29.111	17.926	2.133	7.844	1.208
Investimentos a pagar	63.781	46.344	-	384	17.053
Total	1.434.676	250.758	13.851	1.038.874	131.217

(b) Consolidado

Controladora e Consolidado	2022				
	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	5 anos ou mais
Fornecedores Empréstimos e investimentos	68.646	36.517	4.926	17.554	9.649
Fornecedores Empréstimos e investimentos	1.030.682	86.505	820.178	48.384	75.615
Outros passivos	24.159	15.036	1.032	7.106	985
Investimentos a pagar	34.604	18.156	-	362	16.086
Total	1.158.091	156.214	826.136	73.406	102.335

Fornecedores Empréstimos e investimentos

Controladora e Consolidado	2021				
	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	5 anos ou mais
Fornecedores Empréstimos e investimentos	80.371	37.407	7.632	22.520	12.812
Fornecedores Empréstimos e investimentos	1.261.813	149.313	4.135	1.008.220	100.144
Outros passivos	29.129	17.944	2.133	7.844	1.208
Investimentos a pagar	63.781	46.344	-	384	17.053
Total	1.435.094	251.008	13.900	1.038.968	131.217

(b) Consolidado

Controladora e Consolidado	2021			
	Milhares de USD	Milhares de Reais	Milhares de USD	Milhares de Reais
Contas a receber em dólares norte-americanos	307	1.453	178	1.013
Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	(153.020)	(725.216)	(155.969)	(888.600)
Exposições líquidas	(152.713)	(723.763)	(155.791)	(887.587)

O risco das variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos é minimizado por tal variação estar também lastreada com a precificação do principal produto da Companhia (açúcar), pois a totalidade deste produto é comercializado via exportação, sendo assim, operacionalmente o hedge cambial da dívida é realizado via receita de açúcar, fixando preço do mesmo e compensando dólar recebido vs. dólar pago no endividamento. **4.2.3 Risco de taxas de juros** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo

de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Segue análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros de empréstimos e financiamentos em aberto no encerramento do exercício apresentado:

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	Alta	Baixa	Alta	Baixa
Prova-vel	25%	50%	25%	50%
Taxa média ponderada de juros	5,7%	7,2%	8,6%	4,3%
Valores dos juros em R\$	59.171	73.383	88.756	44.778

Taxa média ponderada de juros

Controladora e Consolidado	2021		2022	
	Alta	Baixa	Alta	Baixa
Prova-vel	25%	50%	25%	50%
Taxa média ponderada de juros	6,2%	7,7%	9,2%	4,6%
Valores dos juros em R\$	77.796	97.244	116.693	58.347

**4.3 Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas, mudanças climáticas que abrangem a operação agrícola, tais como chuvas, geadas e incêndios e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficiência de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **4.4 Risco de estrutura de capital** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Gestão de capital Total do passivo (excluindo dividendos)	2.413.231	2.644.772	2.258.168	2.539.693
(-) Caixa e equivalentes de caixa	55.353	73.843	55.369	73.883
Líquido (a)	2.357.878	2.570.929	2.202.799	2.465.810
Total do patrimônio líquido (b)	(870.560)	(1.204.875)	(870.560)	(1.204.875)
Relação líquida sobre capital ajustado (a/b)	(3)	(2)	(3)	(2)

**5. Estimativa do valor justo** A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: **N**ível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **N**ível 2: informações, além dos preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preço) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). **N**ível 3: informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

**Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo**

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	Nível 3	Total	Nível 3	Total
Ativo Ativo biológico (Nota 16)	89.109	89.109	42.401	42.401

**6. Instrumentos financeiros por categoria**

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Ativos Mensurados ao custo amortizado	68.215	79.971	68.646	80.371
Empréstimos e Financiamentos	1.030.682	1.261.813	1.030.682	1.261.813
Outros passivos	24.132	29.111	24.159	29.129
Outros investimentos a pagar	34.604	63.781	34.604	63.781

**7. Caixa e equivalentes de caixa**

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Caixa Em moeda local	36	45	36	45
Bancos Em moeda estrangeira (dólar norte americano)	54.959	10.957	54.959	10.957
Aplicações CDB (i)	96	62.583	112	62.673
Total	55.353	73.843	55.369	73.883

Clientes no exterior

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Clientes no país	1.453	1.013	1.453	1.013
Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(1.527)	(2.549)	(2.275)	(3.679)
Total	3.919	4.198	6.120	5.589

O vencimento das contas a receber de clientes pode ser assim demonstrado:

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	2.480	704	3.501	2.551
Vencidos de 1 a 180 dias	782	2.596	2.710	4.268
Vencidos a mais de 180 dias	2.184	2.447	2.184	2.447
Saldo inicial	5.446	6.747	8.395	9.268

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes são as seguintes:

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(2.549)	(1.102)	(3.679)	(2.490)
Reversão	5.982	806	8.222	5.451
Constituição	(4.960)	(2.256)	(6.818)	(5.236)
Saldo final	(1.527)	(2.549)	(2.275)	(3.679)

A administração da Companhia entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir as perdas estimadas nas contas a receber. **Estoque**

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados	529	5.588	529	5.588
Matérias de almoxarifado e outros	21.284	15.484	21.595	15.612
Total	21.813	21.072	22.124	21.200

(-) Provisão para obsolescência (21.813) (1.659) (2.383) (1.659)

Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar	55.571	43.846	55.571	43.846
Adiantamentos a fornecedores de materiais	8.231	9.520	10.830	10.903
Total	63.802	53.366	66.401	54.749

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, se necessário, por provisão para redução aos valores de reposição ou realização. A Companhia possui contratos para aquisição de compra de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, cuja entrega ocorrerá em exercícios futuros. Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar referem-se a valores adiantados frente a contratos vigentes, representando 483.835 toneladas de cana-de-açúcar em 31/03/2022 (580.778 em 31/03/2021), cuja entrega do produto ocorrerá na safra 22/23. As movimentações na provisão para obsolescência são as seguintes:

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(1.659)	(2.275)	-	-
Reversão	253	949	-	-
Constituição	(9.771)	(9.331)	-	-
Saldo final do exercício	(2.383)	(1.659)	-	-

As movimentações na provisão para redução ao valor de mercado de materiais

Controladora e Consolidado	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial do exercício	1.983	118.891	57.471	5

Table with columns: Continuação..., Controladora, Consolidado, 19. Salários e encargos sociais, Controladora, Consolidado, (I) Não exercício, Companhia aderiu à Transação Excepcional da dívida ativa...

Table with columns: Saldo em 31 de março de 2022, Controladora, Consolidado, 20. Impostos e contribuições a recolher, Controladora, Consolidado, Saldo em 31 de março de 2022, Adições, Pagamentos, Descontos, Apropriação, Saldo em 31 de março de 2022...

Table with columns: Saldo em 31 de março de 2022, Controladora, Consolidado, 16. Ativo biológico Em 31/03/2022 e 2021, Companhia e suas controladas possuem lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas no Estado de São Paulo...

Table with columns: Modalidade, Mo-Indexador, Anual, 2022, 2021, Controladora, Consolidado, 21. Adiantamentos de clientes, Controladora, Consolidado, Clientes no exterior (I), Clientes de etanol, Clientes de cana...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 22. Impostos e contribuições parcelados, Controladora, Consolidado, 23. Outros investimentos a pagar, Controladora, Consolidado, PESA - Plano Especial de Saneamento de Ativos (I), AWP- PESA - Plano Especial de Saneamento de Ativos (II)...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 24. Impostos e contribuições parcelados, Controladora, Consolidado, 25. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, Tributos trabalhistas e federais, Controladora, Consolidado, Total...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 26. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 27. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 28. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 29. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 30. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 31. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 32. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 33. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 34. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 35. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 36. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 37. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 38. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 39. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 40. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 41. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 42. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 43. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 44. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 45. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 46. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 47. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 48. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 49. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 50. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 51. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 52. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 53. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 54. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado, 55. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado), Controladora, Consolidado...

LOTUS DATA CENTER LTDA CNPJ nº 35.011.349/0001-22 / NIRE 35231614754

LOTUS RADIOLOGIA LTDA CNPJ nº CNPJ 20.077.738/0001-64 / NIRE 35.231.007.891

Edital de Convocação para Reunião Catherine Yang Trad na qualidade de sócia de sociedade empresária limitada Lotus Radiologia Ltda NIRE 35.231.007.891 CNPJ 20.077.738/0001-64, conforme Cláusula X, § 1º do contrato social...

Fazenda Itangá - Mirim Ltda. CNPJ nº 03.077.910/0001-60 - NIRE 35.215.500.934

Edital de Convocação de Reunião Extraordinária de Sócios Ficam convocados, na pessoa dos seus representantes legais, as empresas sócias da Fazenda Itangá - Mirim Ltda. ("Sociedade") para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada na modalidade presencial na sede social, em Sorocaba/SP, na Avenida Dr. Eugênio Salerno, nº 259, sala 6, Bairro Vila Santa Teresinha, CEP 18035-430, em 1º Convocação no dia 25/07/2022 às 10h, para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Convocar a distribuição, a quem de direito, dos lucros acumulados; (II) Aprovar orçamento para a contratação de empresa especializada de auditoria para proceder com a análise contábil-financeira da Sociedade dos últimos anos e a contabilização de seus ativos; (III) Validar a comercialização e venda de 149 lotes do Empreendimento Jardim Residencial Vilius Wanel discriminados em despacho nos autos do processo nº 50044-206-2019.4.03.6100-1 para serem vendidos em interesse da Sociedade. A Administração da Sociedade se coloca à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários. Sorocaba/SP, 15/07/2022. Fazenda Itangá - Mirim Ltda. Milton Muraro Filho e Armando Sanchez Ponzo - Administradores.